

Senador enfrenta nova acusação

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA – Depois de ter seu nome citado em uma gravação telefônica como beneficiário de um cheque no valor de US\$ 4 milhões usado para comprar títulos públicos empregados na reforma agrária, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), vai enfrentar nesta semana mais uma acusação relativa a questões de terra. O advogado Paulo Lamarão, antigo desafeto do senador, pediu na sexta-feira passada ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) a anulação dos títulos de propriedade da fazenda Rio Branco, com quase 6 mil hectares, no Nordeste do Pará. A fazenda é considerada a melhor das propriedades rurais de Jader.

A petição aponta que são grilados os títulos da Rio Branco – a área originária do imóvel, conforme título expedido em junho de 1930, era de 5 hectares e foi espichada para 5.252 hectares, em 1979, pelo ex-proprietário, Lairton Zuppo Machado. Além disso, o ex-dono teria falsificado uma escritura de compra e venda firmada em 1975 e relativa a uma parcela da fazenda correspondente a 394,70 hectares.

O novo inferno astral de Jader começou na sexta-feira passada e ele quase não teve tempo para comemorar reservadamente a renúncia de seu arquiinimigo, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL). Jader foi mencionado, em reportagem da revista *Isto É*, como destinatário de cheque emitido pelo ex-banqueiro e pecuarista Serafim Rodrigues de Moraes e sua mulher, Vera Arantes Campos. O cheque foi dado para pagar Títulos da Dívida Agrária (TDAs) repassados para indenizar Vicente de Paula Pedrosa da Silva, amigo de Jader e pretense proprietário da fazenda “fantasma” Paraíso. A conversa foi gravada pelo advogado e subprocurador da República aposentado Gildo Corrêa Ferraz.

Pista de pouso – A fazenda Rio Branco é a mais antiga e mais bem estruturada propriedade rural do senador. Lá foi construído in-

clusive uma pista de pouso, além de contar com uma sofisticada casa grande. Em 1998, o senador incorporou ao imóvel a Agropecuária Campo Maior, fruto de sociedade montada dois anos antes com o empresário José Osmar Borges, apontado como o principal megafraudador da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Borges é acusado de desviar R\$ 133 milhões.

Grilagem – O presidente do Senado comprou a área da fazenda Rio Branco em 1983, época em que ocupava o governo do estado pela primeira vez. “Jader sabia que essa área era fruto de grilagem porque assumiu as dívidas do proprietário e nunca pediu uma fiscalização na área”, acredita Lamarão.

Na petição, o advogado argumenta que o título definitivo de propriedade que originou a fazenda Rio Branco foi expedido

na década de 30 e acabou sendo repassado a um conhecido grileiro do estado na década de 70, Jeovani Abraão.

A fraude, afirma Lamarão, ocorreu em outubro de 1973, quando o suposto grileiro repassou o título de propriedade ao dono do imóvel anterior. “Só que a venda foi de uma área com 52,524 milhões de metros quadrados (ou 5,2 hectares) e foi transformado para 5 mil hectares, um velho tipo de grilagem praticada no estado”, sustenta ele, com base no documento original do imóvel, que afirma ter obtido nos arquivos de um cartório em Belém.

Prova – No restante da fazenda de Jader, o advogado acusa o proprietário anterior de falsificar a escritura pública. Na quinta-feira, Lamarão afirmou ter obtido a prova que precisava – uma certidão emitida pela escrevente juramentada do Cartório Chermont

em Belém, Lygia Bastos Veloso, aponta que não existe a escritura pública citada no título comprado pelo senador.

Para completar, o advogado afirma que desapareceu do Iterpa o processo demarcatório da Rio Branco. “Ele tem de pagar por essas terras ao governo do Estado porque são áreas griladas”, disse o advogado.

Ao ser consultado sobre a petição do advogado, o presidente do Iterpa, Ronaldo Barata, afirmou que a fazenda de Jader está registrada no órgão com título de propriedade equivalente a quase 6 mil hectares. “A petição é algo a ser analisado, mas o cadastro registra o imóvel com 5 mil hectares”, disse ele.

A assessoria do presidente do Senado disse que ele vai aguardar a ação do advogado para comprovar a legalidade dos títulos ora contestados.